



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SEXTA (6ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos onze dias do mês de março do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Sexta (6ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 07 de março de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Dayane Amaro Costa (04), João Antonio Pires Gonçalves (05), Jorge Setoguchi (05), Laércio Rocha Pires (06), Leonardo David Zaniboni (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Antônio Guarnieri (09), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (10), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (11), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Leonardo David Zaniboni para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente suspendeu a sessão às 18h37, para reabri-la, posteriormente, às 19h35, com a finalidade de receber, em Plenário, representantes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano – CDHU do Estado de São Paulo, a saber, Srs. Alexandre Neves, Gerente de Obras; Ivan Campos, Gestor de Obras; Luís Gustavo Noce, arquiteto; Humberto, engenheiro fiscal de obra, e Valter Silvério Siqueira, Líder do Núcleo de Atendimento, para versar a respeito do empreendimento Vila Dignidade, em implantação no município. Retomando a sessão e dando por efetivamente iniciado o "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a ata da Quinta (5ª) Sessão Ordinária, realizada em 04 de março de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 14, de 2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa e outros, “instituinto a Semana de Proteção Animal, no Calendário Oficial do município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 15, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 05/2013, datada de 05/03/2013, objeto do Ofício nº 08/2013, de igual data, “revogando dispositivo da Lei Municipal nº 4.911, de 2010, que dispõe sobre celebração de convênio e aditivos com Instituições Educacionais Públicas e Privadas de Ensino Técnico e Superior”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 16, de 2013, do Vereador Laércio Rocha Pires, “dispondo sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições financeiras, localizadas no município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 17, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, acompanhado de Mensagem nº 10/2013, datada de 08/03/2013, objeto do Ofício nº 10/2013, de igual data, “revogando a Lei Municipal nº 5.160, de 2011, que dispõe sobre doação de área de terreno de propriedade do Município à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 07/2013, datada de 08/03/2013, objeto do Ofício nº 07/2013, de igual data, “dispondo sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos em comissão da Prefeitura de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs. 08 e 10/2013, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 15 e 17/2013 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 189, 190, 191 e 192, de 2013, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, estabelecendo reserva nos teatros, cinemas, salas de projeção e espetáculos, existentes no município, para frequentadores que utilizam cadeiras de roda”, “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, estabelecendo que os órgãos municipais, estaduais e federais, situados no município, reservem vagas para deficientes em seus espetáculos”, “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, estabelecendo que a concessão de alvará de funcionamento de edifício de uso público esteja condicionada às adaptações para deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida e dando outras providências” e “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, requerendo-lhe vistoria em todas as escolas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

municipais, no que diz respeito à acessibilidade de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais”; nº 193, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, para que informe sobre quais são os programas de desenvolvimento, de prevenção e de assistência aos usuários de drogas, que atualmente são desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e qual o planejamento das atividades para o ano de 2013”; nº 194, de 2013, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, requerendo-lhe projeto de lei que autorize uma autoescola a dar o curso e o emplacamento das motos”; nº 195, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, para que informe nomes e endereços dos proprietários de imóveis que possuam escritura definitiva no Bairro Novacoop e ainda, requerendo-lhe informações dos proprietários que não possuem a escritura definitiva”; nº 196, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo. P. C. Palomino, solicitando, “seja oficiado o Senhor Prefeito Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que altera a denominação do emprego de guarda municipal, para guarda civil municipal”; nº 198, 199 e 211, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “sejam oficiados o Exmo. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin, e o Secretário de Logística e Transporte, Saulo de Castro Abreu Filho, requerendo-lhes informações sobre como está o processo e quando será finalizado o trabalho de pavimentação da Rodovia Élzio Mariotoni, ligação entre Mogi Mirim e Itapira”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre o destino do Posto de Saúde do Jardim Planalto” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, solicitando-lhe concessão de uso do prédio, localizado na Avenida Dr. João Avancini, 200, no Bairro Mogi Mirim II, para a Associação de Moradores do Mogi Mirim II e Jardim Europa”; nºs 200 e 201, de 2013, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe quantidade, localidade onde residem, nomes dos alunos que estão sem creche e qual a previsão de construção de novas creches, bem como informe o que está sendo feito para sanar o déficit de vagas no município” e “seja oficiada a Mesa da Câmara, para cerimônia especial de homenagem aos profissionais da área de segurança, feita trimestralmente”; nºs 202 e 207, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para constituição de comissão técnica da Prefeitura, com a finalidade de apuração das suspeitas de superfaturamento da obra de reforma e ampliação do Canil Municipal, ocorrida em 2012” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre possível desvio de finalidade de material originário do Departamento de Educação (tubos de aço)”; nºs 203, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre o Centro de Reabilitação “Lucy Montoro”, a saber, quantos pacientes de Mogi Mirim foram encaminhados de junho de 2012 até a presente data; quantos estão à espera de tratamento; qual o tempo de espera, como é feita a triagem e quais os critérios, dentre outras coisas” e “sejam oficiados o Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin, e a Presidente da Fundação CASA, Berenice Maria Giannella, com a finalidade de avaliar e promover uma solução para os problemas enfrentados na unidade da Fundação CASA, existente na Rua Santa Cruz, zona urbana”; nºs 205 e 206, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que, com base no teor do Requerimento nº 388/2010, informe se há projetos para obras de revitalização da área pública, localizada na Rua Gregório Felipe, esquina com a Rua Celestino Caetano Pannunzio, no Jardim Copacabana” e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que, com base no teor do Requerimento nº 298/2009, informe quais as providências que estão sendo tomadas para solução das péssimas condições da malha asfáltica da Avenida Ademar de Barros e da Rua Vereador Daniel Manara, no Parque da Imprensa”; nºs 208 e 210, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe se existe projeto, em andamento, de mudança de mão de direção da Rua Padre Roque” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe se existe projeto, em andamento, visando tornar a Avenida Antonio Moreno Peres mão única de direção”; nº 210, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, junto ao SAAE e Departamento de Meio Ambiente, para que informe sobre o forte cheiro de esgoto que exala, todas as noites, do lago do Complexo Lavapés”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 239, de 2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, “realização de desfile de moda inclusiva, para os portadores de necessidades especiais”; nºs 240, 241, 242, 243 e 247, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “troca das lâmpadas queimadas, na Praça Antonio Costa de Oliveira”, “troca das lâmpadas queimadas, na Praça Dr. Jorge França Camargo”, “troca das lâmpadas queimadas, na Praça Harmonia e Justiça”, “troca das lâmpadas queimadas, na Praça Lucinda Brasi Brandão”, “troca das lâmpadas queimadas, na Praça da Criança, no Jardim Longatto”; nºs 244 e 245, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, respectivamente, “instalação de iluminação na Rua Projetada, no Distrito de Martim Francisco” e “disponibilidade de agente de trânsito em frente às escolas “Aristides Gurjão” e “Braulio José Valentim”, no Distrito de Martim Francisco”; nº 246, de 2013, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, sugerindo, “instalação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de iluminação em mina d'água, existente na Rua Ismael Santamaria, no Jardim Santana"; nº 248, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, "implantação de medidor/redutor de velocidade na Rua Elvira Pissinatti Davoli, no Jardim Aeroclube"; nºs 250, 251, 252 e 254, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, "melhorias e limpeza nas ruas do Residencial Floresta", "implantação de canaletas nas ruas do Residencial Floresta", "avaliação técnica em árvore, localizada na Rua Luiz Antonio Pinto, no Residencial Floresta" e "estudos para que não seja cobrada a Zona Azul (estacionamento rotativo), em frente à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim"; nº 255, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, "providências para o retorno da FAIBAM – Feira Agroindustrial da Baixa Mogiana"; nº 256, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, sugerindo, "providências em relação à água empoçada, existente na Avenida Adib Chaib, em frente aos estabelecimentos Sol Hortcenter, Sede da Seicho-no-ie e Casa & Verde"; nºs 257, 258, 259 e 260, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, "instalação de dispositivo de redução de velocidade na Rua Peru, no bairro SEHAC", "operação 'tapa-buracos' na Rua 8 de Dezembro, no bairro Santa Luzia", "providências para aumento do número de ônibus que servem ao Jardim Planalto" e "operação 'tapa-buracos' na Rua Peru, no bairro SEHAC"; nºs 261, 262 e 263, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, respectivamente, "implantação de câmeras de monitoramento no Horto Florestal, Complexo Lavapés e área do Espaço Cidadão", "providências para manutenção, ou substituição dos brinquedos do playground, existente na Praça da Criança, no Jardim Longatto" e "implantação de um playground junto à Academia ao Ar Livre, existente no Complexo Lavapés"; nºs 264, 265, 266 e 267, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, "instalação de 'boca de lobo' na Rua Antonio Cassiani, esquina com Rua João Francisco, no Jardim Bicentenário, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

como a verificação da mesma necessidade nas outras vias do mesmo bairro”, “recapeamento da Rua João Mantovani, no Bairro Santa Cruz”, “recapeamento da Rua Olívio Bordignon, no Bairro Inocoop” e “providências para adequação das atuais e instalação de mais ‘bocas de lobo’ na Rua Antonio Pinto, no Jardim Murayama”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 19, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, propondo, “seja consignado em ata dos trabalhos voto de profundo pesar pelo passamento do bombeiro Carlos Alberto Gomes, ocorrido no dia 06 de março último”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº785/2013, datado de 04 de março de 2013, subscrito pela Sra. Dra. Nagya Cássia de Andrade, Delegada de Polícia, “respondendo ao Requerimento nº 142/2013, desta Casa de Leis”;(arquite-se, após dar ciência ao Sr. Vereador Bendito José do Couto); Ofícios nºs. 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, datados de 27 de fevereiro, 1º, 04, 05 de março de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 067/2013; Indicação nº 068/2013; Indicação nº 096/2013; Requerimento nº 061/2013; Indicação nº 009/2013; Indicação nº 023/2013; Requerimento nº 069/2013; Requerimento nº 008/2013; Requerimento nº 013/2013; Requerimento nº 070/2013; Indicação nº 010/2013; Indicação nº 016/2013; Indicação nº 024/2013; Indicação nº 036/2013; Indicação nº 048/2013; Indicação nº 065/2013; Indicação nº 080/2013; Indicação nº 087/2013; Indicação nº 117/2013; Indicação nº 118/2013; Requerimento nº 116/2013; Requerimento nº 126/2013; Requerimento nº 024/2013; Requerimento nº 035/2013; Requerimento nº 036/2013; Requerimento nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

044/2013; Requerimento nº 096/2013; Requerimento nº 095/2013; Indicação nº 004/2013; Indicação nº 006/2013; Indicação nº 014/2013; Indicação nº 017/2013; Indicação nº 021/2013; Indicação nº 015/2013; Indicação nº 033/2013; Indicação nº 041/2013; Indicação nº 056/2013; Indicação nº 069/2013; Indicação nº 073/2013; Indicação nº 079/2013; Indicação nº 088/2013; Indicação nº 100/2013; Requerimento nº 051/2013; Indicação nº 001/2013; Requerimento nº 068/2013; Requerimento nº 097/2013; Indicação nº 135/2013; Indicação nº 136/2013; Requerimento nº 105/2013; Requerimento nº 110/2013; Requerimento nº 115/2013; Requerimento nº 118/2013; Requerimento nº 119/2013; Indicação nº 176/2013; Indicação nº 182/2013; Requerimento nº 033/2013, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº. 291/2013, datado de 27 de fevereiro de 2013, subscrito pelo Sr. Marcio Antonio Capato, Gerente de Sustentação ao Negócio da Caixa Econômica Federal, “notificando desembolso de recursos financeiros, no valor de duzentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos”; (arquive-se); Ofício nº 21/2013, datado de 06 de março do corrente, subscrito pelo Sr. Dalto Favero Brochi, Diretor Geral da ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, “respondendo ao Ofício nº 36/2013, desta Casa de Leis”; (arquive-se, após dar ciência à Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); Telegramas referências: nºs. 000759, 000779, 002148, 002158, 004897, 005067, de 2013, datados de 05 e 08 de março do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Tavares, versando sobre requerimento que apresentou, direcionado ao Governo do Estado, solicitando informações de qual a previsão para conclusão do asfaltamento da rodovia vicinal Élzio Mariotoni, estrada que liga Mogi Mirim à Itapira. A respeito de outra propositura, o Vereador requereu informações a respeito do posto de saúde do Jardim Planalto, explicando que desejava saber se o prédio retornaria a ser uma unidade básica de saúde, ou se teria outra destinação, como, por exemplo, abrigar algum departamento da administração. O Edil também comentou outra de suas proposições, desta vez solicitando a concessão de uso do prédio, construído pela empresa Cruzeiro do Sul, localizado na Avenida Dr. João Avancini, 200, no Bairro Mogi Mirim II, para a Associação dos Moradores do Bairro Mogi Mirim II e Jardim Europa. “A Cruzeiro do Sul fez o prédio, ele serviu como braço avançado da Guarda Municipal e, depois, foi passado à associação dos moradores, quando, no ano retrasado, ele foi doado para o município, portanto, agora, peço a concessão de uso do prédio, para que retorne à associação de moradores”, colocou o Vereador. Prosseguindo, o Vereador Luís Roberto Tavares versou também sobre os vários pedidos que fez, para melhorias no Residencial Floresta, desde canaletas, bem como a arborização do local e, ainda, no tocante a loteamentos, que estivera participando de curso, na cidade de Araras, juntamente com os demais membros da Comissão Especial, para acompanhamento da regularização de glebas irregulares. Por fim, o Vereador Luís Roberto Tavares disse que apresentaria requerimento já na próxima sessão, solicitando audiência pública, para discussão a respeito de moradias populares, ocasião em que pretendia apresentar proposta, sugerindo que o sorteio das chaves fosse feito antes do início das obras, favorecendo, desta forma, ao contemplado, para que pudesse acompanhar a construção de sua casa, desde a pedra fundamental. “O morador só entra na residência depois de sorteado, mas daí, a casa já apresenta vários problemas, por isso, pretendemos uma audiência pública sobre o tema, a fim de propor que a triagem seja feita antes do sorteio, para que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

morador possa acompanhar a edificação, desde o seu início”, declarou, encerrando, o Vereador Luís Roberto Tavares. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que desde logo, pediu a atenção do indicado para dirigir a Secretaria de Obras e Planejamento, Wilson Rogério da Silva; do Diretor do Departamento de Suprimentos e Qualidade, Thiago Kleinfelder, e a atenção de quem mais da administração estivesse presente na Casa, para dizer que fora surpreendida pela agilidade e rapidez com que as decisões estavam sendo tomadas no Gabinete do Prefeito, especificamente, versando a respeito do Projeto de Lei nº 17/2013, lido na presente sessão, que pede a revogação de desapropriação de área pública. “Isto é ruim, é apressado, porque a lei que desapropriou a área foi aprovada em 2011, portanto, recentemente, e esta doação de área foi feita para a CDHU, a fim de que lá sejam instaladas trezentas e oitenta moradias populares”, explicou a nobre Edil, ao mesmo tempo em que perguntou, com qual carga de informações o Prefeito estava propondo tal revogação. A Vereadora salientou que a Comissão de Justiça e Redação iria se debruçar em estudos sobre o projeto, repetiu que estava assustada com a rapidez com que decisões ‘importantíssimas’ estavam sendo tomadas, por um prefeito ‘que assumiu ontem’, determinações surgidas num prazo de três meses desde a posse, levando a Edil a ponderar, que talvez a cabeça do prefeito fosse deslumbrante. “Vamos com calma, Prefeito, ‘baixe a bola’, porque não é desta forma que decisões importantes são dispostas”, destacou. Finalizando, pediu aos diretores presentes que levassem o seu protesto ao Prefeito Gustavo Stupp e declarou a todos, que o Governo do Estado, através da CDHU, tinha muito para investir em unidades habitacionais na cidade, que a citada área havia sido doada para o Estado, justamente, com a finalidade da implantação das casas, reafirmando, mais uma vez, que era muito cedo para que a administração tomasse decisões de tamanho porte. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo que, iniciando, dirigindo-se ao Diretor do DRM, Thiago Kleinfelder, presente nas galerias, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agradecer a recuperação da iluminação do Complexo Lavapés. O Vereador relatou ter feito pedido para a iluminação do complexo, destacou que fora atendido e que o conserto havia sido feito pela administração, todavia, gerando, durante a manutenção, uma pane elétrica, que havia deixado todo o complexo às escuras, quando, enfim, o problema fora sanado, através dos serviços do técnico Marcos, pessoa que havia detectado o real problema daquele sistema. Prosseguindo, disse que o lago do complexo estava totalmente assoreado, vítima do despejo de resíduos e exalando mau cheiro e que, há quatro anos solicitava o desassoreamento do lago, sem nunca ter sido efetivamente atendido. “Quem visita a nossa cidade vê um pântano, aliás, temos três verdadeiros pântanos: o lago do Lavapés, o lago do Horto Florestal e a Voçoroca”, frisou o Edil. Salientou que a administração tentava resolver o problema do lago do Lavapés, mas que, na calada da noite, as empresas se aproveitavam da surdina para despejar detritos no lago e que, não obstante isso, Mogi Mirim estava muito atrasada em termos ambientais. “Reconheço o pouco tempo desta administração, mas sendo ela tão competente, eu a desafio para que não coloque o meio ambiente em segundo plano, ou apenas como slogan de campanha, mas que reconheça que os três pontos turísticos, os quais citei, estão abandonados, e peço que a administração dê o devido valor aos espaços, quando, então, espero, futuramente, ver o Lavapés se tornar um mini-ibirapuera, ou um minitaquaral”, declarou, finalizando a sua participação o Vereador Cinoê Duzo. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que versou a respeito do Projeto de Lei Complementar nº03/2013, que dispõe sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos, em comissão, da Prefeitura Municipal. Esta destacou que havia protocolado emenda à propositura, abrangendo as questões da ‘ficha limpa’ e nepotismo. “Peço que estas leis sejam preservadas e observadas, pois o nepotismo, por exemplo, consta da Constituição Federal – CF/88, desde a sua promulgação, e o Estatuto dos Servidores da União, Lei 8.112/90, especificamente no inciso VIII, artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

117, proíbe que o servidor mantenha sob sua chefia imediata, em cargo, ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau civil”, deslindou a Edil. Por fim, a Vereadora frisou que era importante fazer a disposição legal, adequando a matéria à lei federal, porque isto iria preservar a moralidade da administração, bem como sua seriedade. O próximo orador inscrito foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que iniciou sua fala agradecendo a aprovação do requerimento de sua autoria, através do qual solicitou que fosse cumprida, em Mogi Mirim, a lei que autorizou as autoescolas a fazerem curso e emplacamento de motoboys e fretistas. O Vereador explicou que o município possuía cerca de trezentos motoboys e que, tais profissionais, diante da obrigatoriedade do uso da placa vermelha, quesito estabelecido pelo CONTRAN, eram obrigados a se deslocar até Rio Claro, ou Campinas, para participarem do curso de capacitação, o que dificultava e muito a vida desses trabalhadores. “Peço para o Prefeito, que através de projeto de lei, autorize alguma autoescola de Mogi Mirim a ministrar a capacitação e o emplacamento, porque tenho certeza, tal atitude irá beneficiar mais de trezentos motoboys e fretistas, e eu espero agilidade, para que os motoboys continuem trabalhando, sem interrupções”, frisou o Edil, encerrando seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra a nobre Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que retornou ao assunto objeto do seu discurso em sessão passada, versando a respeito do cartão magnético dos usuários dos serviços de transporte coletivo urbano – ônibus circular, benefício que havia sido retirado pela concessionária Viação Santa Cruz. Explicou que a compra antecipada do cartão magnético dava um desconto ao usuário, trazendo certa economia e que, a retirada do benefício estava prejudicando a população. A Vereadora prosseguiu, afirmando que a situação era bem pior do que ela imaginava, porque o benefício do cartão magnético constava do contrato de concessão entre a Prefeitura Municipal e a Viação Santa Cruz, o que levava a Edil a pedir urgentes providências para o caso. “No contrato de concessão é encontrado o benefício,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

portanto, a Viação Santa Cruz tinha pleno conhecimento disso, uma vez que o contrato foi firmado entre ambas as partes e há dois meses a população vem sendo penalizada”, salientou. Por fim, a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira afirmou que o Gabinete do Prefeito estava tentando a retratação do lapso, mas que, neste caso, cabia a atuação do Ministério Público, penalizando a Viação Santa Cruz pelo descumprimento de item do contrato de concessão. O próximo orador a usar da palavra no “Expediente” foi o Sr. Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que comentou a respeito de suas proposituras, a saber, indicações para implantação de ‘bocas de lobo’ em vários locais, tais como, a Avenida Brasil, esquina com a Travessa Carolina Masotti. O Vereador comentou também a respeito das defensas instaladas no Ribeirão Santo Antonio, na Avenida Brasil, dizendo que o dispositivo traria segurança aos motoristas, cujos carros seriam contidos, ao invés de caírem no rio, mas que, por outro lado, os pedestres tinham sido esquecidos pela administração, pois diante das defensas instaladas em plena calçada, os transeuntes teriam, obrigatoriamente, que caminhar pelo leito da rua. “No meu entendimento, a administração deveria pensar no pedestre, mesmo que fosse para gastar um pouco mais, pois eu vi pessoas andando do lado de dentro das defensas, o que não traz segurança alguma”, completou o Edil. Finalizando, com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2013, que dispõe sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos em comissão da Prefeitura Municipal, o Vereador afirmou que havia solicitado a relação dos nomes, cargos e funções relativas dos indicados à nomeação, porque pretendia analisar a peça minuciosamente, com tais dados em mãos, objetivando comparar a redução de pessoal, os custos do novo organograma e outros itens importantes, pois pretendia dar seu voto, com pleno embasamento e seriedade. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que iniciou, comentando as indicações que havia apresentado, primeiramente, sugerindo a instalação de iluminação na Rua Projetada, no Distrito de Martim Francisco, local com mais de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trinta famílias residentes, sem qualquer iluminação e de enorme insegurança, e ainda, propondo a disponibilidade de um agente de trânsito, para permanecer em frente às escolas ‘Aristides Gurjão’ e ‘Braulio José Valentim’, também no Distrito de Martim Francisco. O Vereador Waldemar Marcurio Filho explicou que havia um grande problema no trânsito do distrito, quando da entrada e saída de alunos de ambas as escolas, causando tumulto e transtornos. “Um agente poderia organizar e conduzir melhor o trânsito”, sublinhou, encerrando sua participação. Ainda na parte dos trabalhos reservada ao “Expediente”, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, para dizer da sua alegria em relação a três empresas, as quais havia conseguido trazer para o município. Relatou já ter trazido duas empresas no ano de 2009 e que, estava aguardando que o Prefeito enviasse à Casa, projetos de mais incentivos fiscais, para que novas indústrias e empresas buscassem se instalar em Mogi Mirim. Prosseguindo, o Vereador agradeceu o Prefeito Gustavo Stupp, porque este revelava, desde o início de seu mandato, grande disposição para trabalhar, citando, como exemplo, a mobilização que já estava acontecendo, para regularização dos loteamentos irregulares, tais como, Jardim Planalto e Domênico Bianchi, entre outros. “Os recursos são poucos, mas agradeço a vontade que o Prefeito tem para trabalhar, para mostrar o porquê colocou seu nome à apreciação do povo e venceu”, destacou o Edil. Com relação às defensas instaladas no Ribeirão Santo Antônio, o Vereador afirmou que elas eram ruins, de fato, mas justificou a instalação, dizendo que ela ocorrera por urgente pedido da população. O Vereador Laércio Pires disse que Prefeito Gustavo Stupp havia atendido à solicitação, todavia, frisou que não desejava ingressar no mérito da questão, porque acreditava ser esta, uma conversa para os técnicos, quando ele, por desconhecimento total da matéria, nada poderia acrescentar. “A calçada ficou prejudicada, mas segundo os técnicos, será sinalizado o outro lado da via, para que os pedestres por lá caminhem”, disse o Edil. Explicou que, por hora, o Prefeito Gustavo Stupp estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apenas cumprindo as promessas que tinha feito durante o período de campanha eleitoral, tais como, por exemplo, a tarifa de ônibus ao valor de um real, a instalação de defensas no Ribeirão Santo Antonio e a regularização dos loteamentos clandestinos, todos pedidos antigos, sempre cobrados pela população. Por fim, o Vereador Laércio Rocha Pires disse que iria solicitar, mais uma vez, a limpeza da Avenida Amucci Truffy, ligação entre o Jardim Paulista e o Parque da Imprensa, porque os pedestres não estavam mais conseguindo caminhar pela via, haja vista a calçada mal feita, a sujeira e o mato alto, coisas que impediam a passagem dos transeuntes. “Temos que dar prioridade aos pedestres”, frisou, encerrando, o Vereador Laércio Rocha Pires. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, versando sobre as suas proposituras e destacando a indicação para o retorno da FAIBAM – Feira Agroindustrial da Baixa Mogiana, aclarando que o objetivo era fazer uma bela exposição daquilo que era produzido em Mogi Mirim, tanto na agricultura, bem como no comércio, também com a apresentação de grandes shows e atrações, trazendo a participação do público, dinamizando, desta forma, o consumo no comércio local e o aprimoramento de outros setores da cidade. “A FAIBAM foi uma festa tradicional da cidade, que se perdeu durante os anos, mas que poderia muito bem retornar, pois Mogi Mirim carece de uma festa tradicional”, salientou. Por fim, o Vereador explanou a respeito de requerimento que apresentou, solicitando ao Prefeito informações sobre a quantidade, a localidade onde residem e os nomes dos alunos que não detinham vagas nas creches municipais, bem como qual a previsão de construção de novas creches. “Desejo que o Prefeito informe o que está sendo feito para sanar o déficit de vagas no município”, concluiu o Edil. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, Líder do Governo na Câmara, para responder algumas questões trazidas nos discursos de seus nobres Pares. Iniciando sua fala, dirigiu-se à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, afirmando que o governo municipal deveria, realmente, ser rápido em suas atitudes e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deliberações e que, quem havia convivido com o então vereador Luís Gustavo Stupp, na Casa, sabia que ele era rápido e que iria ‘a fundo’. Explicando o porquê da revogação da lei, teor do Projeto de Lei nº 17, que propunha a revogação da doação de área à CDHU, o Líder afirmou que a concessão havia sido aprovada em 2011 e que, o Prefeito havia buscado informações junto à direção da Companhia de Desenvolvimento Urbano, perguntando, no órgão, se havia uma proposta concreta de edificação de habitações populares para a cidade de Mogi Mirim, ainda no ano de 2013. “Não, nada para este ano”, foi a resposta dada pela CDHU e recebida pelo Prefeito, relatou o Edil. O Vereador prosseguiu, explicando que, diante da negativa da CDHU, a área ficaria ociosa por bom período, sendo a tal gleba a única que possuía toda a documentação ‘em ordem’ e que, se algum benefício efetivamente chegasse para o município, a municipalidade teria esta área, para, pelo menos, abrigar projetos de edificação. “E se amanhã, ou depois, qualquer programa chegar à cidade, o governo municipal terá a área para oferecer”, destacou o Líder, ao mesmo tempo em que solicitou à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e aos outros membros do PSDB, que se certificassem de tal resposta junto à CDHU, procurando saber da veracidade dos fatos. Dirigindo-se ao Vereador Cinoê Duzo, o Líder do Governo concordou com suas palavras, ratificando que o Complexo Lavapés – Zerão estava mesmo abandonado e que, havia feito requerimento no início de seu primeiro mandato, solicitando que o governo municipal realizasse parcerias com empresas privadas, para recuperação e manutenção do complexo, todavia, recebendo a resposta de que aquilo era inviável. “Hoje, o atual governo municipal está dando agilidade às parcerias com as empresas privadas e eu acho isto um ponto positivo, porque, se acontecer, dará um destino ao Zerão, espaço que está realmente poluído, com despejo de resíduos, com cheiro ruim e abandonado”, aclarou. A seguir, o Vereador convidou todos os presentes, os Vereadores e entidades de classe para audiência pública, com a finalidade de discussão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de questões relacionadas aos muros, calçadas e à limpeza e manutenção de terrenos, programada para o dia 14 de março do corrente, às 19 horas, no Plenário da Câmara. “Peço a vocês que participem e tragam ideias e sugestões, pois a iniciativa desta discussão não é minha, mas sim, desta Casa de Leis”, frisou. Finalizando seu discurso, o Vereador ainda colocou que todos os projetos esportivos existentes no município, até o presente momento, haviam excluído a participação dos munícipes da zona sul da cidade, residentes no Jardim Planalto e em Martim Francisco, e que, acatando pedido seu, o Prefeito Municipal havia começado a incluir o distrito e o Jardim Planalto em tais disposições. “Ninguém mais ficará excluído”, concluiu o Líder de Governo. Dirigiu-se à tribuna, na sequência, o Vereador Leonardo David Zaniboni, relatando visita que fizera à sede do Sindicato dos Funcionários Públicos da Prefeitura de Mogi Mirim, para ser apresentado ao presidente da entidade, Antônio Maciel, conhecer o lugar e saber quais serviços eram oferecidos aos servidores, mesmo porque, havia chegado ao seu conhecimento que já existia uma assistência odontológica ao servidor, observação esta, que fizera, reportando-se ao projeto de lei que solicitava autorização para convênio de assistência odontológica, propositura que havia tramitado pelas comissões, todavia, sendo retirado, posteriormente, pelo Chefe do Executivo. Fora por ocasião desta visita, salientou o Edil, que havia surgido um questionamento a respeito do fornecimento, pela Prefeitura, de cestas básicas ao servidor. “São duas mil e quinhentas cestas básicas que o município compra, em outra cidade, de empresários de outra cidade, transportadora de outra cidade, motorista de outra cidade, com gasolina abastecida em outra cidade, e concede aos funcionários desta cidade”, explicou o Edil. Prosseguindo, calculou que cada cesta, ao preço médio de cento e trinta reais, multiplicando-se este número ao de dois mil e quinhentos funcionários, resultaria numa média de trezentos e vinte e cinco mil reais/mês, portanto, quatro milhões reais/ano, em divisas proporcionadas para outro município. O Vereador do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

PR sugeriu, enfim, que as cestas básicas fossem trocadas por créditos, para que esse dinheiro circulasse em Mogi Mirim, no comércio de Mogi Mirim. “Pretendo ingressar com requerimento, pedindo para que o Prefeito dê o valor da cesta básica em créditos, para o funcionário, para que ele vá ao supermercado de Mogi Mirim e compre no comércio local”, destacou. O Edil abordou ainda, requerimento de sua autoria, através do qual solicitava mudança de mão de direção da Rua José Alves, para que a Rua José Bonifácio pudesse atravessar a Praça Rui Barbosa e seguir mão única de direção até o Colégio Imaculada, mudando, inclusive, o sentido da Rua José Bonifácio, visando com a medida formar dois corredores de trânsito na área central da cidade, o que ajudaria à expansão do comércio local. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, que usou da palavra para justificar projeto de lei, cuja minuta havia encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal. Segundo explicou, o referido projeto de lei tinha como objetivo atender a Portaria nº 397/2002, do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, que havia instituído a classificação brasileira de ocupações, ressaltando, igualmente, que muitos municípios já tinham se adequado à norma e já haviam regularizado a nomenclatura, mudando de Guarda Municipal para Guarda Civil Municipal. Esclareceu que a portaria determinava que fosse adotada, em todo o território nacional, uma classificação, com a finalidade da identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios, junto aos registros administrativos e domiciliares. O vereador destacou que a inexistência do atual nome da Guarda Municipal na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações poderia trazer futuros problemas para os integrantes das guardas, no momento da aposentadoria, ou mesmo, caso quisessem um dia mudar de profissão, haja vista que a nomenclatura profissional estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é a de Guarda Civil Municipal, portanto, sendo de suma importância sua imediata alteração. Ademais, prosseguiu o nobre Edil do PPS, tal uniformização era de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ordem administrativa, não acarretando nenhum custo. Por fim, registrou que, com a alteração, os integrantes da Guarda Municipal de Mogi Mirim passariam a ter a denominação de Guardas Civis Municipais e, conseqüentemente, teriam sua profissão reconhecida nacionalmente, adquirindo esse status, principalmente, junto à população mogimiriana e às demais guardas civis municipais, que estivessem devidamente adequadas à nova nomenclatura. O último orador regularmente inscrito para uso da palavra no “Expediente” foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que, desde logo, abordou requerimento de sua autoria, reiterando a solicitação de instalação de iluminação em mina d’água, existente na Rua Ismael Santamaria, no Jardim Santana. Destacou que a mina era muito bem feita e organizada, diariamente frequentada, porém que ficava totalmente às escuras, quando do cair da noite, razão pela qual solicitava um ‘bico de lâmpada’ para atender essa antiga e essencial reivindicação dos moradores. Versando a respeito dos discursos da noite, o Vereador do PSDB fez referência à fala do Vereador Marcos Bento de Godoy, que havia dito que o Prefeito Gustavo Stupp era um homem ‘rápido’. “A julgar pelo desempenho do Stupp, como vereador, estaremos fritos com ele na prefeitura, pois ele foi como um papagaio, que falou, falou e nunca fez nada; o papagaio falou à vontade”, enfatizou o Edil Osvaldo Quaglio, ao mesmo tempo em que desafiou qualquer um de seus pares a lhe mostrar o que o Vereador Gustavo Stupp tinha feito, de concreto, em quatro anos de mandato legislativo. “Espero que como prefeito faça mais coisas, sim, pois ele tem condições, e vamos torcer para que ele seja bem melhor prefeito do que foi vereador”, declarou. Com relação à revogação da doação de área para a Companhia de Desenvolvimento Urbano – CDHU, em trâmite na Casa, o Vereador Osvaldo Quaglio explicou que estivera na Secretaria de Habitação, juntamente com os demais membros de sua bancada, que havia conversado com o próprio secretário e que, este lhe dissera, pessoalmente, que a implantação de qualquer projeto da CDHU em Mogi Mirim, dependia única e exclusivamente da vontade do Prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal, pois existiam vários projetos à disposição. Explicou que esta era uma promessa que vinha desde a época da campanha eleitoral e que, a disposição fora estabelecida, independentemente de quem vencesse a disputa eleitoral. “A Flávia Rossi não ganhou, mas a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e seus projetos estão à disposição, esperando o Prefeito e se ele quiser, nós o acompanharemos”, registrou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Na sequência, o Vereador parabenizou o ex-vereador João Luís Andrade Teixeira, atual coordenador do DSM, pelos serviços de limpeza que estavam sendo efetuados na cidade. “É assim que a cidade progride, com pessoas que entendem do mister nos lugares certos”, completou. Com relação à sugestão do Vereador Leonardo Zaniboni, a respeito da troca das cestas básicas por créditos financeiros, o Vereador explicou, embasado na experiência adquirida como empresário e também como vereador, que a proposta não daria certo, porque todo o dinheiro seria gasto com supérfluos. “Já é de antigo conhecimento e quem tem empresa sabe disso, que se você der dinheiro para o funcionário, ele só vai levar para casa cerveja e cachaça, portanto, penso que seja temerário trocar a cesta básica por créditos”, completou o Edil, concluindo seu discurso. A seguir, fez uso da palavra, como Líder do PSD, o Vereador Cinoê Duzo, que se dirigindo ao Líder de Governo, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, reconheceu que a nova administração estava se comportando de forma inteligente, todavia, lembrou que quando vereador, o atual Prefeito Gustavo Stupp tinha afirmado, categoricamente e por diversas vezes, que com dois, ou três sacos de cimento, duas, ou três horas de trabalho, era possível construir uma rampa de acesso ao Gabinete do Prefeito. “Numa total falta de reconhecimento ao trabalho da Vereadora Dayane Amaro, até agora, passados três meses de seu mandato, ele, Gustavo Stupp, ainda não construiu a tal rampa, portanto eu pergunto como ela pode ter acesso ao Gabinete do Prefeito, que é de seu próprio partido?”, inquiriu. Salientou que o Prefeito Gustavo Stupp era rápido quando lhe convinha e pediu aos nobres



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pares que ‘abrissem os olhos’. Com relação à fala do Vereador Leonardo David Zaniboni, a respeito da Rua Padre Roque, o Vereador Líder do PSD afirmou que era favorável a que a Rua Padre Roque retornasse a ter mão dupla de direção, alterando também o sentido da mão de direção da Rua Professor Ferreira Lima, onde, por coincidência, situava-se o estabelecimento comercial da família Zaniboni, objetivando, desta forma, um acesso mais rápido à Santa Casa de Misericórdia, que ficava próxima dali. “Só a questão da Santa Casa já justifica a mudança da Rua Padre Roque para duas mãos de direção, pois é questão pública e eu já fiz até requerimento neste sentido”, acrescentou o Vereador. Igualmente, o Vereador registrou o seu protesto contra a falta de agilidade do atual governo municipal, retornando à questão da rampa de acesso ao gabinete, declarando também, que faria pesquisa de todas as falas de Gustavo Stupp na tribuna da Câmara, durante o período em que foi vereador do Legislativo Mogimiriano. Por fim, o Vereador Cinoê Duzo verbalizou o seu protesto contra a falta de liberdade de expressão na Câmara, em relação a todos os meios de comunicação, reportando-se à transmissão das sessões da Câmara pelo canal de televisão local, ou ao vivo, ou por rádio, ou por Internet, procedimentos que tinham sido suspensos pela Mesa da Câmara, desde o ano de 2012, e que não retornavam. “Peço à Mesa, com todo respeito, que viabilize a transmissão das sessões, por qualquer meio de comunicação”, concluiu sua participação o Vereador Cinoê Duzo. Ato contínuo, solicitou uso da palavra, como Líder, a Vereadora Dayane Amaro Costa, do PDT. Concedida a palavra, esta a repassou ao liderado, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que elogiou a colocação do Vereador Cinoê Duzo, no tocante à Rua Padre Roque, concordando que esta deveria ter duas mãos de direção, afirmando que levaria esta proposta à administração. “Estamos aqui para melhorar para o coletivo, vou levar até o Prefeito a questão e lhe pedir estudos”, declarou. Com relação à fala do Vereador Osvaldo Quaglio, o Líder de Governo perguntou qual dos vereadores tinha conseguido se destacar durante o governo de Carlos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nelson Bueno, respondendo ele mesmo, que Gustavo Stupp tivera, ao menos, ousadia e determinação para se tornar prefeito da cidade e buscar mudanças. “O mérito é dele, se chegou aonde chegou, e este é o seu diferencial, por isso ocupa a cadeira de prefeito”, frisou. Concluindo, repetiu que todos os assuntos pertinentes ao coletivo, seriam tratados, conjuntamente, entre Vereadores e a administração. A seguir, fez uso da palavra, como Líder do PMDB, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que retornou para ‘defender a Mesa da Câmara’, no tocante à questão das transmissões das sessões, por qualquer meio de comunicação, objeto do discurso do Vereador Cinoê Duzo. O Líder do PMDB afirmou que, para a contratação do canal de televisão, era necessária abertura de licitação e que, esta só poderia ser feita após o retorno ao trabalho da Diretora Geral da Câmara, Dra. Adriana Tavares, que se encontrava em licença maternidade. Neste ponto, houve certo tumulto, porque o Vereador e ex-presidente da Câmara, Osvaldo Quaglio, de sua cadeira, em Plenário, interpelava o vereador orador, que não lhe tinha cedido aparte. O orador João Antonio Pires Gonçalves afirmava que o ex-presidente da Câmara, Vereador Osvaldo Quaglio, estava respondendo na Justiça, pelo ato errôneo de ter contratado a televisão local, para transmissora dos trabalhos da Edilidade Mogimiriana, durante sua gestão. Solicitando ordem nos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, deferiu o uso da palavra ao Líder do PMDB. “O senhor está respondendo pelo ato errado e reafirmo que não há ninguém, atualmente, que possa conduzir a licitação”, explicou, encerrando, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. Ato contínuo, solicitou uso da palavra, como Líder do PPS, o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino. Concedida a palavra, este a repassou ao liderado, Vereador Laércio Pires, que retornou para dizer que fizera parte da Mesa na Legislatura passada e que, a questão da licitação, para contrato de meio de comunicação para transmissão das sessões da Casa, havia sido uma exigência da Promotora de Justiça. Com relação ao que destacou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Marcos Bento de Godoy, a respeito do governo Carlos Nelson Bueno e do governo Gustavo Stupp, o Edil do PPS discordava, porque ele próprio, durante a gestão anterior, havia sido atendido e conseguido realizar muitas coisas em prol da população, tais como, iluminação de pontos escuros, praças de esporte e serviços municipais, entre outras coisas. “Vamos defender nosso políticos, mas sem falar do passado, porque se formos mencionar o passado, é fato que Carlos Nelson Bueno fez muito mais por Mogi Mirim”, sublinhou o Vereador. Finalizando seu breve discurso, declarou que o Prefeito Gustavo Stupp era bem intencionado, mas que, como vereador, não havia muito que falar de seus feitos. O próximo orador a usar da palavra, como Líder, foi o Edil Leonardo Zaniboni, que retornou para completar sua fala a respeito da troca, por créditos financeiros, do valor da cesta básica que era distribuída pela Prefeitura aos funcionários, concordando com o que havia dito o Vereador Osvaldo Quaglio, de que o dinheiro poderia, realmente, ser gasto com bebidas e supérfluos. “Teoricamente, a bebida alcoólica não pode ser adquirida, mas sabemos que é possível e que, se isso acontecer, o estabelecimento comercial é passível de descredenciamento”, definiu. Sobre outro assunto, o Vereador salientou que havia requerido a revisão do recapeamento das ruas da cidade, obra executada através da ‘polêmica’ celebração de empréstimo, que havia sido aprovada no ano passado, explicando que fizera um levantamento das ruas e do material empregado, bem como o cálculo dos metros cúbicos recapeados, concluindo, enfim, que várias ruas constantes do decreto não haviam sido asfaltadas. “Várias ruas que estão no decreto não foram asfaltadas e a resposta que recebi foi a de que a metragem cúbica contratada havia sido atingida, portanto, algumas ruas foram prioridades, outras foram deixadas para trás”, elucidou. Finalizando, o Vereador solicitou a fiscalização e revisão do serviço feito, com observação, principalmente, da espessura da malha asfáltica e dos metros cúbicos executados, porque desejava saber se, realmente, o decreto havia sido cumprido. A seguir, solicitou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uso da palavra, como Líder do PSDB, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Concedida a palavra, esta a repassou ao liderado, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que retornou para desafiar o Vereador João Antônio Pires Gonçalves a provar as palavras que dele havia dito, em tribuna, no tocante à sua administração na Câmara Municipal. Disse que todos os presidentes da Câmara, em todos os tempos, haviam tido dúvidas em relação à contratação da transmissão televisiva, que a pressão havia sido muito forte, à sua época, e que, tinha ido até a Capital, procurando embasamento legal sobre o assunto. “Não venha o senhor querer dar aulas da faculdade que o senhor não frequentou”, frisou, dirigindo-se ao Líder do PMDB. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio salientou que esperava que o ex-vereador Gustavo Stupp se tornasse um bom prefeito para Mogi Mirim, porque ele tinha ótimas intenções, e ainda, deu os parabéns ao Vereador Laércio Rocha Pires, pela sua fala coerente e postura digna, porque, na administração anterior, quando ao lado do prefeito Carlos Nelson, soubera reconhecer os atos daquela gestão e, agora, ao lado do prefeito Gustavo Stupp, também se posicionava com coerência. “O vereador Laércio Pires sempre falou que o Gustavo Stupp, como vereador, era fraco e reafirmou isso hoje, e eu lhe dou meus parabéns, pela coerência e por manter o que disse, enquanto existem outros vereadores, nesta Casa, que mudam de lado, tal qual biruta de aeroporto”, concluiu o Vereador Osvaldo Quaglio. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21 horas, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da **"ORDEM DO DIA"**, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Interno: 1. Projeto de Lei nº 08, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando a venda de produtos confeccionados na oficina terapêutica do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CPAS-AD) de Mogi Mirim”, juntamente com emenda da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 08/2013, do Sr. Prefeito de Mogi Mirim e emenda); (à sanção do Prefeito Municipal); EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2. Projeto de Lei nº 09, de 2013, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “instituído o dia 04 de outubro como Dia Municipal do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Endemias”; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 09/2013, do Vereador Laércio Rocha Pires); (à sanção do Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro orador regularmente inscrito para uso da palavra em “Explicação Pessoal” foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que versou a respeito da regularização do Parque das Laranjeiras, anunciando uma reunião, agendada para o dia 23 do corrente mês, no CAIC, com os moradores e também com os representantes dos departamentos da Prefeitura. Sobre este mesmo assunto, a regularização dos lotes do Parque das Laranjeiras, o Vereador disse que vinha lutando pelo bairro desde o início de seu mandato, razão pela qual estava reunindo todas as proposições apresentadas sobre o assunto, desde 2005, quer fossem dirigidas à Promotoria Pública, à Elektro concessionária de energia, ao Programa Cidade Legal, ou ao Prefeito de Mogi Mirim. “Estou reunindo o material, todos os ofícios, requerimentos, indicações, para transmitir



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aos moradores, a fim de que vejam que existia um vereador lutando pela causa da regularização, desde 2005”, elucidou. Abordando outro tópico, o Vereador mencionou a Pedreira Degrava, localizada próxima à Avenida Nagib Chaib, contando que o local estava completamente inundado, quase no transbordo, colocando em risco a vida dos que trafegavam pela via adjacente, salientando, igualmente, que iria oficializar os departamentos sobre o assunto. O Vereador Luís Roberto Tavares também comentou as indicações que apresentou, a saber, um pedido de estudos para que não cobrança de Zona Azul, ou seja, o estacionamento rotativo, em frente à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. Com relação à transmissão das sessões, via televisão, o Vereador explicou que havia sido presidente da Casa, por dois anos, e que, pelo que tinha conhecimento, a Câmara não poderia contratar uma empresa para transmitir as sessões, cujo gasto fosse superior a oito mil reais, porque tal contratação deveria ser feita, unicamente, através de licitação e ainda, explicou que para esta finalidade haviam procurado embasamento nos pareceres do CEPAM, quando o órgão frisou, que nada poderia ser feito sem o diretor geral da secretaria. Por fim, explicou que a transmissão da última sessão ordinária de 2012, a transmissão da Sessão Solene de Posse dos Vereadores e Instalação da Décima Sexta Legislatura e a da Sessão Especial de Eleição da Mesa da Câmara, em 2013, haviam sido contratadas em caráter excepcional, com um valor de contrato inferior aos oito mil reais, conforme a Lei de Licitação estabelecia. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, colocando que a função dos vereadores era a de defender a comunidade e, portanto, relatava ter recebido denúncia de um tipo de perseguição política, na atual administração. “Eu recebi uma manifestação do Departamento de Saúde, setores de Farmácia, CEM, médicos, Setor de Zoonoses e Laboratório, de que temos um servidor, que por muitos anos dirigiu o setor de transporte do departamento, partidário, que passou por muitos prefeitos e com eles muito bem conviveu e que, agora, foi transferido do setor de origem,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desenvolvendo uma insatisfação em todos os servidores da saúde, em relação a esta transferência, porque estão todos inconformados com o feito”, detalhou a Edil. Salientou que o vice-prefeito tinha conhecimento da situação, que ele também conhecia o funcionário transferido, que era sabedor de sua capacidade laboral, para o trato com a população enferma e carente, e que, esperava, enfim, que nenhum dos Vereadores estivesse envolvido no caso. “Os Vereadores que estão chegando agora talvez não conheçam o corpo de servidores públicos, muitos se entregam à coisa pública com dedicação, portanto, o servidor público merece o nosso respeito e está sendo perseguido”, colocou. A Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros finalizou seu discurso, dizendo que encaminharia à administração um pedido de explicações a respeito do ocorrido. Como o próximo orador inscrito, Vereador Cinoê Duzo, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que fez menção ao discurso do Vereador Cinoê Duzo, no tocante à acessibilidade ao Gabinete do Prefeito, afirmando que concordava com o ponto de vista do Líder do PSD. Explicou que havia estudado o projeto de adequação dos acessos existentes na Prefeitura, mas que a execução dependia também do Departamento de Obras. “Aproveito para cobrar que isso seja realizado o mais rápido possível, porque já se demora muito e é importante”, destacou. Ainda versando a respeito da acessibilidade, a Vereadora registrou sua presença em reunião do Núcleo Regional III de Acessibilidade, sob a presidência da mogimiriana Ana Laura Trentin, salientando que havia sido um encontro muito interessante, todavia sem divulgação alguma. “Quanto maior o número de pessoas participantes dessas reuniões, melhor, porque são diversos municípios reunidos para a questão da acessibilidade, de políticas voltadas às pessoas com deficiência”, colocou. A Vereadora ainda parabenizou a jornalista Daliani Ribeiro, que havia realizado palestra em Mogi Mirim, com lugar na Estação Educação, sexta-feira, dia 08 de março último. “Foi muito interessante a palestra, foi sobre motivação, achei sensacional



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e quero parabenizar a palestrante e as pessoas envolvidas na realização do evento”, frisou. Finalmente, a Vereadora Dayane Amaro Costa explanou a respeito de resposta que recebera, oriunda do Departamento de Educação, respondendo a respeito de sua solicitação de ensino da disciplina de libras no município, explicando, segundo informava a administração, que o montante da folha de pagamento não permitia a contratação de um professor de libras. “Por que não ministrar o curso para os professores que já constam da folha?”, perguntou a Edil, ponderando, igualmente, que barreiras deveriam ser derrubadas e que havia a necessidade desta adequação aos propósitos dos portadores da deficiência, esperando, então, que outras formas de solução pudessem ser encontradas pela administração. Como o próximo orador inscrito, Vereador Luiz Antônio Guarnieri, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a nobre Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que abordou a questão do superfaturamento nas obras de reforma do canil municipal, ocorrida em 2012, denúncia feita pelo então vereador Luís Gustavo Stupp, atual Prefeito de Mogi Mirim. Segundo explicou, o ex-vereador havia panfletado a cidade, denunciando que o valor aplicado na obra, quinhentos mil reais, daria para construir um hotel de luxo para cachorros, com mármore Carrara. A Vereadora havia visitado o canil e, realmente, concordava que os quinhentos mil reais não haviam sido investidos ali, motivo pelo qual, até como alerta ao Prefeito Municipal e à sua equipe, levaria o caso à apreciação do Ministério Público. “Eu esperei que ele – o Prefeito Gustavo Stupp – fizesse uma auditoria, sinalizasse uma busca e provasse o que colocou no papel, mas até agora ele nada fez a respeito de sua própria denúncia e, por isso, estou cobrando, porque foi uma fala de campanha, portanto, eu peço a ele que prove de onde foi desviado o dinheiro”, explicou. Por fim, a Vereadora do PSB salientou que na época em que o atual Prefeito havia sido vereador, seu vice havia sido Chefe de Gabinete de Carlos Nelson Bueno, portanto, logicamente, detendo o conhecimento de muitas informações e de todo o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

caso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que iniciou parabenizando o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio pela menção, em seu discurso, dos feitos do ex-vereador João Luís Andrade Teixeira, atual responsável pelos serviços municipais, concordando com a fala e também elogiando, afirmando, outrossim, que João Andrade Teixeira era excelente profissional e que, nesse breve tempo, já havia executado obras no Jardim Mirim Guaçu, na Santa Luzia e também centro da cidade. Prosseguindo, o Vereador mencionou, mais uma vez, a Avenida Amucci Truffi, ligação entre o Parque da Imprensa e Jardim Paulista, cujas calçadas estavam cobertas de mato, solicitando urgentes providências, porque os pedestres estavam andando pela rua, além do perigo de queda na Voçoroca. “Aquele local é bastante complicado, eu espero conseguir alambrado para cercar o limite com a Voçoroca e ainda, vou pedir que a Prefeitura faça a intimação dos proprietários, para que executem muros e calçadas em seus terrenos”, frisou. Finalizando, o Vereador Laércio Rocha Pires solicitou ao Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, a instalação de câmeras no Plenário, para gravação de todo curso da sessão, para que tudo permanecesse registrado, em vídeo, visando qualquer verificação posterior, objetivando a tranquilidade dos trabalhos e a identificação de pessoas. “O intuito desta casa é trabalhar pela população e eu acredito que todos estejam fazendo os seus papéis”, concluiu. Ainda em “Explicação Pessoal”, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, comentando a respeito do Requerimento nº 193/2013, de sua autoria, que solicitou ao Prefeito remetesse informações sobre quais eram os programas de desenvolvimento, de prevenção e de assistência aos usuários de drogas, que atualmente eram desenvolvidos pelo Departamento de Promoção Social, e qual o planejamento das atividades para o ano de 2013. “É um problema que afeta a família brasileira e eu penso que apenas impor a repressão não basta, mas devemos ter políticas que façam o dependente se reintegrar à sociedade”, observou. Com relação à fala da Vereadora Maria Helena Scudeler de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Barros, de denúncia de perseguição no Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal, o Vereador afirmou que repudiava toda e qualquer perseguição, mas que era favorável sim, à transferência do funcionário que esteve oito anos no mesmo lugar e função. O Vereador citou a Resolução nº 375/2011, do CONFEN – Conselho Federal de Enfermagem, que rezava que a assistência de enfermagem, em qualquer tipo de unidade móvel, destinada ao atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar, em situações de risco conhecido, ou desconhecido, somente deveria ser desenvolvida na presença do enfermeiro. “Este procedimento não acontece em Mogi Mirim e eu, inclusive, já apresentei requerimento, pedindo providências por parte do Sr. Prefeito Municipal”, destacou o Edil, ao mesmo tempo em que explicou, que havia sido procurado por munícipes, os quais lhe relataram que o referido funcionário, quando da necessidade do uso da ambulância municipal e não existindo acompanhante para o doente, sugeria que a própria família do paciente ajudasse. “Eu tenho fotos, a posição indignada de uma mãe de gêmeos paraplégicos, que não recebeu auxílio, e eu pergunto, então, como ela poderia cuidar sozinha de dois filhos paraplégicos e enfermos, sem qualquer ajuda, dentro da ambulância?”, inquiriu o Edil. O Vereador frisou que as pessoas precisavam do transporte, mas que estas não estavam sendo transportadas adequadamente, e reafirmou que não tivera participação no ato de transferência em si, mas que fizera requerimento e concluiu, afirmando que havia ficado contente com a transferência do funcionário. Os últimos oradores inscritos, Vereadores Jorge Setoguchi, Marcos Bento Alves de Godoy, Leonardo Zaniboni e Osvaldo Aparecido Quaglio, desistiram do uso da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *bombeiro Carlos Alberto Gomes*, a pedido do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino. Nada mais para ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h10, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM